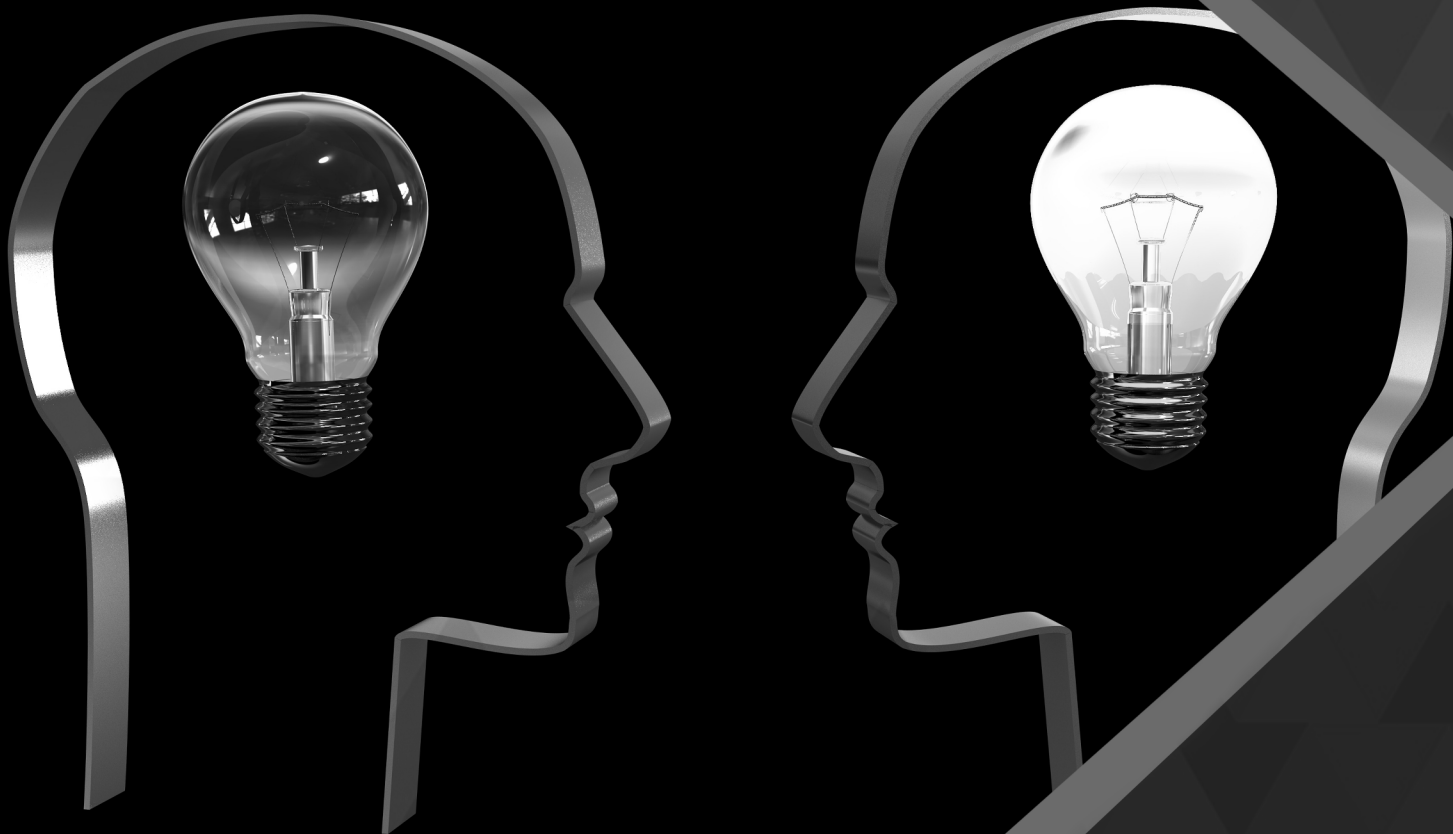


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-914-1
 DOI 10.22533/at.ed.141201301

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Numa mistura entre música, dança, folclore e nordeste brasileiro, DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR, de Amanda Lopes Galvão, apresenta considerações para pensarmos coreografias além da dança em si. Ainda na música, COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITO DO “CHORO”, de Celso Garcia de Araújo Ramalho, Paulo Henrique Loureiro de Sá, Bartolomeu Wiese Filho, Marcus de Araújo Ferrer, Henrique Leal Cazes e Marcello Gonçalves, aborda composição, interpretação, além da interface teoria e prática do choro.

A arte e suas múltiplas formas de materialização ainda está presente em A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”, de Victor Hugo Neves de Oliveira, Camila Aparecida M. Belarmino, Miguel Eugenio Barbosa Segundo e Taciana Assis Bezerra Negri, e em A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM, de Samanta de França Serrano, quando, no primeiro, é verificável os diálogos possíveis entre poesia, música e coreografia, e, no segundo, a arte rupestre, formas de marcação do homem para o tempo e a história, possibilita a interpretação e conhecimento do momento pré-histórico vivido. CAVALEIROS NO NOVO MUNDO: OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA, de Marcus Baccega, resgata as contribuições de Inácio de Loyola para aferição da herança medieval a partir da colonização do espaço americano que teve significativa participação dos jesuítas.

Ensino, produção científica e políticas públicas encontram amparo em AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, de Maria Priscila da Costa da Silva, Maria do Socorro de Sousa, Railane Bento Vieira Saboia, Andréa Pereira Rocha e Francisco Ricardo Miranda Pinto, REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL, de Sylvia Cristina de Azevedo Vitti, CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, de Rochelle de Arruda Moura, José Airton Nascimento Diógenes Baquit e Karla Patrícia Martins Ferreira, PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS), de Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil e Maria Eleni Henrique da Silva, POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL, de Simone Rezende da Silva, Tathianni Cristini da

Silva e Erika Megumy Tsukada, e O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?, de Jussete Rosane Trapp Wittkowski e Stela Maria Meneghel.

Projetos de extensão e ações que envolvem a comunidade universitária como um todo são pontos de partida para contribuições como PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE, de Cleonaldo Pereira Cidade, Charlene Ferreira dos Santos e Zenilda Rosa de Oliveira, O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO ALUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA, de Ana Marcia Gonzaga Rocha e Rosileide de Jesus de Souza Melo, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF, de Mauro Trevisan, José Geraldo C. Trindade, Milene Pereira dos Santos e Rudimila Santos Silveira, e DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE, de Ana Karla de Melo Silva, Lais Celeste Vasconcelos, Ana Regina Bezerra Ribeiro, Maria Iraê de Souza Corrêa e Edenilze Teles Romeiro.

A inserção do sujeito mediante práticas de acesso junto a grupos minoritários é o foco em ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, de Erika Tamires Silva Ribeiro, Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni, Márcia Bianca Germiniani, Maria Jennifer Santos Vargas, Maximilian Espuny e Fernanda de Oliveira Silva, enquanto que em DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, de Emilie Collin Silva Kluwen e Eveline de Sousa Landim, e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA, de Criziene Melo Vinhal, expõem as relações humanas e os diálogos permeados com as ciências jurídicas.

Por fim, mas não menos importante, temos ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO, de Marcelo Gonçalves Marcelino e Gerson Laerte da Silva Vieira, que frisa a relação entre governança da principal e mais importante instituição financeira e econômica do país, o Banco Central do Brasil, como espaço marcado pela presença das elites nacionais na condução de suas ações.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR	
Amanda Lopes Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1412013011	
CAPÍTULO 2	9
COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITA DO “CHORO”	
Celso Garcia de Araújo Ramalho	
Paulo Henrique Loureiro de Sá	
Bartolomeu Wiese Filho	
Marcus de Araújo Ferrer	
Henrique Leal Cazes	
Marcello Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.1412013012	
CAPÍTULO 3	26
A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”	
Victor Hugo Neves de Oliveira	
Camila Aparecida M. Belarmino	
Miguel Eugenio Barbosa Segundo	
Taciana Assis Bezerra Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1412013013	
CAPÍTULO 4	37
A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM	
Samanta de França Serrano	
Deusdedith Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1412013014	
CAPÍTULO 5	57
CAVALEIROS NO NOVO MUNDO OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Marcus Baccega	
DOI 10.22533/at.ed.1412013015	
CAPÍTULO 6	71
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria Priscila da Costa da Silva	
Maria do Socorro de Sousa	
Railane Bento Vieira Saboia	
Andréa Pereira Rocha	
Francisco Ricardo Miranda Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1412013016	

CAPÍTULO 7	83
REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.1412013017	
CAPÍTULO 8	101
CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Rochelle de Arruda Moura	
José Airton Nascimento Diógenes Baquit	
Karla Patrícia Martins Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1412013018	
CAPÍTULO 9	108
PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS)	
Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil	
Maria Eleni Henrique da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1412013019	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	
Simone Rezende da Silva	
Tathianni Cristini da Silva	
Erika Megummy Tsukada	
DOI 10.22533/at.ed.14120130110	
CAPÍTULO 11	132
O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?	
Jussete Rosane Trapp Wittkowski	
Stela Maria Meneghel	
DOI 10.22533/at.ed.14120130111	
CAPÍTULO 12	140
PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE	
Cleonaldo Pereira Cidade	
Charlene Ferreira dos Santos	
Zenilda Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130112	
CAPÍTULO 13	145
O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA	
Ana Marcia Gonzaga Rocha	

Rosileide de Jesus de Souza Melo

DOI 10.22533/at.ed.14120130113

CAPÍTULO 14 159

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF

Mauro Trevisan

José Geraldo C. Trindade

Milene Pereira dos Santos

Rudimila Santos Silveira

DOI 10.22533/at.ed.14120130114

CAPÍTULO 15 173

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO DE SERVIÇOS EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE

Ana Karla de Melo Silva

Lais Celeste Vasconcelos

Ana Regina Bezerra Ribeiro

Maria Iraê de Souza Corrêa

Edenilze Teles Romeiro

DOI 10.22533/at.ed.14120130115

CAPÍTULO 16 184

ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Erika Tamires Silva Ribeiro

Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni

Márcia Bianca Germiniani

Maria Jennifer Santos Vargas

Maximilian Espuny

Fernanda de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.14120130116

CAPÍTULO 17 197

DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Emilie Collin Silva Kluwen

Eveline de Sousa Landim

DOI 10.22533/at.ed.14120130117

CAPÍTULO 18 203

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Criziene Melo Vinhal

DOI 10.22533/at.ed.14120130118

CAPÍTULO 19	218
ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO	
Marcelo Gonçalves Marcelino Gerson Laerte da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130129	
CAPÍTULO 20	236
INTERDISCIPLINARIDADE FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO PONTO DE PARTIDA PARA O TRABALHO COLABORATIVO	
Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130120	
CAPÍTULO 21	245
ESPAÇOS EDUCATIVOS UMA RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E EDUCAÇÃO	
Eduardo Trovó Palmieri Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama	
DOI 10.22533/at.ed.14120130121	
CAPÍTULO 22	257
<i>MITOPOIESIS</i> : RELAÇÃO ENTRE DIREITO, FILOSOFIA, RELIGIÃO E ARTES	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130122	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Data de aceite: 20/12/2019

Criziene Melo Vinhal

Professora Graduada em Psicologia, Mestre em Saúde Coletiva (UFMT) e Pós-Graduada no curso de Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica. E-mail: criziene@gmail.com.

RESUMO: Primeiramente, a violência contra a mulher é uma agressão em direção às prerrogativas do gênero feminino, podendo ser considerado um problema social severo e determinado por múltiplos condicionantes, mostrando raízes oriundas da construção sócio-histórica e cultural dos vínculos de autoridade e de comando, e na desigualdade entre os gêneros. Aproximadamente 30% de todas as mulheres, considerando o nível global, já foi vítima de violência física ou sexual, cometida por um companheiro íntimo. Conquanto signifique que a agressão contra a mulher seja um dilema grave, há poucas décadas era tida como uma questão da vida privada do casal. Somente nos últimos anos essa violência passou a ser considerada um problema que exige a criação e amparo de políticas efetivas para seu confronto. Dentro do rol da violência contra mulher estão incluídas qualquer conduta que produza amedrontamento, constrangimento, menosprezo, manipulação,

segregação, vigilância constante, assédio obstinado, insulto, extorsão, ridicularização, exploração ou o entrave ao privilégio de ir e vir da mulher. A violência doméstica é uma falha social que acarreta severos agravos à saúde física e psicológica, capaz de comprometer as relações sociais e familiares, levando a um desequilíbrio de questões financeiras que altera o progresso dos povos. A violência doméstica pode, também, ser expressa como uma violência psicológica – atitude capaz de trazer dano ou agravo à saúde psicológica, tais como o dano emocional, a diminuição da autoestima e o prejuízo ao progresso. No Brasil, há dois principais mecanismos legais que tratam sobre as questões relacionadas à violência de gênero dirigida à mulher: a Convenção Belém do Pará (BRASIL, 1996); a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006). Considerando-se tal contexto, esse estudo destaca a presente questão: quais são os principais reflexos proporcionados pela Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) na batalha e no amparo da violência de gênero dirigida à mulher? Nesse sentido, como objetivo principal, foram averiguados os principais aspectos sobre a violência doméstica, com ênfase para a violência psicológica. Em relação aos objetivos específicos, ressaltam-se: distinguir a violência doméstica em vínculos familiares; examinar os tópicos importantes acerca da violência de

gênero quanto ao estado de saúde da mulher; aferir as questões psicológicas atinentes à violência doméstica; avaliar a força da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006). Desenvolveu-se uma revisão bibliográfica narrativa, por meio de consultas em livros e artigos presentes em periódicos e em plataformas virtuais, com ênfase para a avaliação dos principais reflexos proporcionados pela Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) para o combate e a proteção da violência de gênero dirigida à mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Violação dos Direitos das Mulheres. Violência Contra a Mulher. Violência Doméstica. Violência Psicológica.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN: EFFECTIVENESS OF MARIA DA PENHA LAW

ABSTRACT: Violence against women is primarily a violation of women's rights, being considered a severe social problem and determined by multiple constraints, showing roots stemming from the socio-historical and cultural construction of power and hierarchy relations, and the inequality between women. the genres. About one third of all women worldwide have been victims of physical or sexual violence by an intimate partner. While violence against women is a serious dilemma, a few decades ago it was seen as a matter of the couple's private life. Only in recent years has this violence been considered a problem that requires the creation and protection of effective policies to confront it. Violence against women includes any conduct that brings fear, embarrassment, contempt, manipulation, segregation, constant vigilance, stubborn harassment, insulting, extortion, ridicule, exploitation or hindering a woman's right to come and go. Domestic violence is a social failure that causes severe physical and psychological health problems, which can compromise social and family relations, leading to an imbalance of financial issues that alters the progress of peoples. Violence against women can be expressed as psychological violence - an attitude that can bring harm or harm to psychological health, such as emotional harm, diminished self-esteem and impairment of progress. In Brazil, there are two main legal mechanisms that deal with issues related to domestic violence against women: Belém do Pará Convention (BRASIL, 1996); Maria da Penha Law - Law No. 11,340 (BRAZIL, 2006). Considering this context, this study highlights the present question: what are the main reflexes provided by the Maria da Penha Law - Law No. 11,340 (BRAZIL, 2006) for combating and protecting domestic violence against women? In this sense, the main objective was to investigate the main aspects of domestic violence, with emphasis on psychological violence. Regarding the specific objectives, we highlight: characterize domestic violence in family relationships; conceptualize the relevant issues about domestic violence to women's health; evaluate the psychological aspects present in violence against women; analyze the effectiveness of the Maria da Penha Law - Law No. 11,340 (BRAZIL, 2006). A narrative bibliographic review was developed, through consultations in books and articles in journals and on virtual platforms, with emphasis on the evaluation of the main reflexes provided by the Maria da Penha Law - Law

No. 11.340 (BRASIL, 2006) to combat and the protection of domestic violence against women.

KEYWORDS: Domestic Violence. Human Rights. Psychological Violence. Violence Against Women. Violation of Women's Rights.

1 | INTRODUÇÃO

Apesar da gravidade e da dimensão dos episódios de violência contra a mulher, há poucas décadas esta violência era uma questão de casal, específica da vida privada da família.

A violência doméstica é uma perturbação social grave, com proporções endêmicas, já que basicamente um terço de todas as mulheres, a nível mundial, já figuraram como vítimas de agressão física, violência psicológica, ou ainda, de violência sexual, proferida pelo companheiro com quem mantinham ou um relacionamento, ou após seu término. Em determinadas regiões do mundo tais índices alcançam 38%. Quando se considera o total de homicídios praticados contra o sexo feminino, 38% deles são provenientes da violência de gênero (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOKE, 2016).

A violência contra as mulheres constitui-se como um acontecimento transnacional, que não respeita barreiras culturais ou geográficas, capaz de assumir um *status* de pandemia, que faz por merecer uma atenção e postura eficaz de ativistas, pesquisadoras/es e administradoras/es públicas/os a nível mundial.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), por meio do § 8º, artigo 226, estabelece que a assistência à família, personificada em cada um dos que a compõem, com destaque à criação de mecanismos coibidores da violência no terreno de suas relações. Com a finalidade de conter a violência doméstica e familiar dirigida ao sexo feminino, assim como implementar as necessárias providências assistenciais e de amparo ao gênero feminino em situação de risco para a violência doméstica e familiar, foi anunciada a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006).

Não obstante, mesmo após a publicação da referida Lei Maria da Penha, o Brasil conservar-se sob coeficientes assombrosos no que tange à violência dirigida à mulher (SANDALOWSKI; MAIA; STUKER; LOCK, 2016).

Os dados oriundos de observações acerca da agressão contra o gênero feminino no Brasil, bem como a inclusão da reflexão sobre o tema na comunidade acadêmica, por meio de vários meios de comunicação contribuíram, de forma significativa, na visibilidade necessária ao tema, bem como auxiliaram o entendimento sobre tal configuração de agressão (CAVALCANTI, 2015).

O estudo corrente está justificado em virtude da carência de pesquisas conduzidas acerca da aplicação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL,

2006) na rotina social e as consequências resultantes das modificações do cotidiano do poder judiciário frente às situações de violência contra a mulher proferida por seus cônjuges.

Considerando-se tal contexto, esse estudo destaca a presente questão: quais são os principais reflexos proporcionados pela Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) para o combate e a proteção da violência doméstica contra a mulher?

Nesse sentido, como objetivo principal, foram averiguados os principais aspectos sobre a violência doméstica, com ênfase para a violência psicológica.

Em relação aos objetivos específicos, ressaltam-se: caracterizar a violência doméstica nos relacionamentos familiares; conceituar as questões relevantes sobre violência doméstica à saúde da mulher; aferir os elementos psicológicos constantes nos episódios de violência dirigida à mulher; avaliar a validade da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006).

Desenvolveu-se uma revisão bibliográfica narrativa, por meio de consultas em livros e artigos presentes em periódicos e em plataformas virtuais, com ênfase para a avaliação dos principais reflexos próprios da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) para o combate e a proteção da violência de gênero dirigida à mulher.

Em meio às principais citações indicadas, destacam-se os autores a seguir: Antunes e Padilha (2015); Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016); Cavalcanti (2015); Dias (2015); Giddens (2014); Machado e Matos (2014); Pereira (2014); Queiroga (2014); Rodrigues (2017); Salter (2014); Santos (2016).

O corrente estudo foi estruturado em forma consecutiva: em um capítulo inicial se realizou a introdução do trabalho, incluindo a descrição dos objetivos, gerais e específicos, a justificativa, a questão de pesquisa, o método adotado e outros temas introdutórios do corrente trabalho; em um próximo capítulo, foi caracterizada a violência doméstica nos relacionamentos familiares; no terceiro capítulo, foram conceituadas as questões relevantes sobre violência doméstica à saúde da mulher; no quarto capítulo, foram avaliados os aspectos psicológicos presentes na violência contra a mulher; no quinto capítulo, foi analisada a eficácia da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006); no penúltimo capítulo está descrito o método aplicado para a confecção da corrente pesquisa; e finalmente, em uma última fase, descrevem-se as considerações finais, local onde são versadas as conclusões acerca do presente estudo.

Violência Doméstica nos Relacionamentos Familiares

Embora a família represente o espaço de estabilidade e bem-estar, capaz de suportar o indivíduo durante a construção de sua identidade e ser um refúgio onde encontrará proteção quando mais sensível às pressões diárias do trabalho e da

sociedade no geral, a família também pode ser, paradoxalmente, um universo onde a violência toma espaço transformando-se em uma das instituições mais violentas, já que a afetividade e a violência coexistem, de forma frequente, no cerne das relações familiares, principalmente quando se tratam de relações conjugais.

Em seguida de a violência de gênero ser entendida como uma questão social e uma ação criminosa, os episódios de violência privada e particular das famílias, que antes havia permanecido oculto durante décadas no seio familiar, a partir da década de 1960 e, principalmente, 1970, onde recebeu a atenção mundial, tomou uma proporção gigantesca. Neste ínterim, a violência de gênero contra a mulher adveio a ser averiguada na sociedade acadêmica e, a partir deste ponto, passou a participar da produção e definição de políticas públicas contra esta forma de violência (MATOS; MACHADO; SANTOS; MACHADO, 2012).

Sob esta perspectiva, há que se considerar a violência doméstica no contexto onde está inserida, e tal contexto inclui a sociedade, a economia, a política, a religião e, até mesmo, a cultura, já que todas são capazes de influenciar a ocorrência dos episódios violentos (SALTER, 2014).

É fato que o abuso doméstico é um acontecimento mundial, tal comportamento está presente nos países considerados desenvolvidos, nos subdesenvolvidos e, ainda, naqueles que se encontram em fase de desenvolvimento (QUEIROGA, 2014).

É importante evidenciar o conceito de família, como o cerne deste tipo de violência. A família se constitui e se baseia em uma conexão afetiva e íntima, tornando-se um constructo juntamente com seus integrantes, de forma exclusiva. O motivo inicial da concepção da família é a existência do casal, e desta ligação partem as demais, a ligação emocional essencial e fundamental inicia entre os membros do casal, a relação se estabelece e mantém-se como o motivo de sua manutenção (GIDDENS, 2014).

Justamente pela ligação emocional, essência da concepção da família, é que o abuso doméstico poderia ser declarado, o vínculo abrange e conecta os mais variados tipos de violência que podem ser atentados em meio a seus membros. Os abusos possíveis incluem qualquer atitude, inclusive a omissão, impetrada pelos membros da família, incluindo as circunstâncias que dela resultam, coibindo os direitos e as liberdades igualitárias aos outros membros da família, ou mesmo interferindo com o desenvolvimento normal e o poder de escolha ou tomada de decisão (DIAS, 2015).

Fundamentalmente, não é somente a ação violenta por si só, mas é preciso considerar os indivíduos que a vivenciam, sejam os autores ou as vítimas destas, as funções desempenhadas pelos membros, e, principalmente, a interpretação das representações destas agressões.

A violência conjugal compreende as ações hostis infringidas, de forma consciente, por um dos membros do casal contra o outro. Isto posto, o abuso doméstico passa a

ser mais generalista, e normalmente decorre de dinâmicas familiares, sendo capaz de afetar e se dar entre diferentes membros da família, seja essa restrita ou ampliada (RODRIGUES, 2017).

Os autores que se ocupam da questão da violência familiar, referem que os valores arraigados em culturas antiquadas e patriarcais, onde os homens dominam as mulheres, figuram entre os motivos pelos quais prevalece um domínio da violência masculina. A ideologia feminista evidencia tal prevalência, onde a violência é proporcionalmente refletida pela diferença de poder entre os elementos do casal, cuja submissão das mulheres ainda é visível (SANTOS, 2016).

Conquanto, alguns estudos mais recentes buscam explicar se homens e mulheres são, ou não, igualmente agressivos ou padece de consequências semelhantes em suas relações heterossexuais. Tal investigação gera perspectivas variáveis, de acordo com o foco da pesquisa, considerando os tipos de comportamentos violentos avaliados, o tamanho amostral, sua origem geográfica e cultural, assim como as técnicas empregadas (MACHADO; MATOS, 2014).

Tais estudos parecem apontar que a violência verificada nas relações íntimas não se comporta como um problema homogêneo, onde o homem é o perpetrador da ação e a mulher é a vítima (COSTA; SOARES; LINDERT; HATZIDIMITRIADOU; SUNDIN; TOTH, 2015).

Violência Doméstica: Questões Associadas à Saúde da Mulher

Além de ser uma violação dos direitos humanos, o abuso dirigido à mulher, também, é uma questão de saúde pública.

Ambas as configurações de agressão contra a mulher, física e sexual, repercute em vultuosos custos sociais e econômicos, que acarretam consequências preocupantes para a saúde mental e reprodutiva da mulher, e da mesma forma impacta os dependentes, menores, e o próprio ambiente familiar. De acordo com as informações publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência física e/ou sexual contra a mulher apresenta uma prevalência mundial de 30%, e tal agressão é consumada por seu parceiro íntimo. O mesmo índice é registrado nas Américas, e em alguns países da África, Oriente Médio e Sudeste da Ásia, as prevalências de violência contra as mulheres são, ainda, maiores, chegando a 37% (OMS, 2013).

No ano de 2006, sancionou-se a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), nesta, o instituto normativo foi simbólico no que se refere à questão da violência doméstica dirigida à mulher, oportunizando a origem de significativos instrumentos ao combate da violência de gênero.

Mesmo no caso de já terem sido vítimas de violência doméstica enquanto

jovens, mulheres mais velhas podem já ter se desvinculado de tal situação ou relação conjugal, e, por isso, não procuram atendimento por este motivo, o que fortaleceria a hipótese de que a associação do atendimento atual seria maior em faixas etárias mais jovens (GARCIA; DUARTE; FREITAS; SILVA, 2016).

É mister destacar que o abuso doméstico e familiar dirigido à mulher é um tópico complexo e multifatorial.

As políticas públicas não poderiam, por razões óbvias, ser limitadas à área da saúde, e sim devem ser interdisciplinares, ou se possível transdisciplinares, incluindo os setores como a questão de gênero, direitos humanos, direito, segurança pública, psicologia, emprego, previdência, dentre outras.

No entanto, os serviços de assistência à saúde ainda exercem um papel essencial na discussão, já que, em diversos casos, é o primeiro setor a ter contato com a vítima, pois além de prestarem a assistência médica necessária, e muitas vezes urgente, devem acolher estas mulheres agredidas, e saber orientá-las nas próximas etapas na trajetória de superação deste acontecimento (PEREIRA, 2014).

O revés social que abrange o abuso contra a mulher suportaria ser combatido e necessita ser confrontado de maneira verdadeira. É condição *sine qua non* para a superação desta questão, a redução e erradicação das condições que mantem a desigualdade entre os gêneros na sociedade brasileira.

Contudo, mesmo que tal ideal seja atingido, as políticas públicas mantêm sua função essencial. Parece evidente que são necessários novos e mais elaborados estudos que subsidiem a criação e a discussão dessas políticas, com foco no seu aprimoramento. Trabalhos são necessários para a identificação dos fatores de risco, das condições de ocorrência e reincidência, na adequação dos serviços de assistência às vítimas, à capacitação dos funcionários para o atendimento e a adequação dos períodos de funcionamento destes serviços especializados, o que fortalecerá a busca das esposas atacadas a tais serviços, seu acolhimento adequado e o envolvimento por seu cuidado, situações essas que potencialmente acompanham a mulher durante as fases que seguem à agressão (GARCIA et al., 2016).

Violência Contra a Mulher: Aspectos Psicológicos

De acordo com Montero (2006), observou-se no século XX uma ebulição de movimentos sociais que buscaram a efetivação de políticas sociais e econômicas. Tais movimentos pleitearam formas diferentes de pensar e uma prática mais efetiva das ciências sociais.

Neste íterim, foi concebida a psicologia focada nos grupos e na transformação social. A premissa dessa corrente levou em conta a questão de que o indivíduo é influenciado pelas suas experiências afetivas nos grupos aos quais pertence, e

da mesma forma é parte integrante da história, que atua ampliando sua própria subjetividade, modificando a si próprio e a realidade que o rodeia, isto é, passa a ser um arquiteto de sua realidade (MONTERO, 2004).

Até então, a psicologia social apresentava um cunho subjetivista, limitado a produzir diagnósticos e intervenções, que permeava, mas não forneciam respostas às dificuldades enfrentadas pela sociedade.

A psicologia comunitária estaria encarregada da compreensão dos fenômenos e processos sociais, essencialmente os que constantemente causam desvios da percepção da realidade e, por isso, diminuem a consciência crítica, a habilidade de criação e a atitude transformadora do homem. O autor, ainda, ressalta a conscientização das forças superestruturais que orientam os indivíduos e as sociedades a se transformarem, concomitantemente, em vítimas e motivadores ou replicadores das alienações e doutrinas de dominação (MONTERO, 2006).

No firme propósito de converter os alicerces sociais, a área da psicologia comunitária configura-se em uma psicologia política, a qual se destina ao crescimento e à promoção da cidadania, à percepção e não doutrinação com vistas ao fortalecimento da sociedade civil. Na procura de permitir mudanças na forma de viver das sociedades, as ações comunitárias possibilitam a promoção de mudanças na aproximação dos sujeitos, o que interfere nas relações díspares de poder (MONTERO, 2006), o que, por consequência, cria práticas que direcionam a sociedade na superação de problemas e transformam sua cultura, sua conformidade oprimida e suas ideologias de submissão (GÓIS, 2008).

Sob a ótica da psicologia social comunitária, a procura da compreensão de uma existência social preocupante, como se dá quando se considera o episódio de abuso contra a mulher, denota uma avaliação acerca das diversas variáveis sócio históricas e culturais nas quais a rotina das pessoas e das suas sociedades se definem e se perpetuam. Os fatores socio históricos e as culturas não são entidades inertes, nem personalidades bloqueadas, e sim, processos contínuos que se adaptam e se amoldam por meio do tempo (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOKE, 2016).

O gênero feminino é vitimizado pelo abuso de gênero, e participa de um problema social extremamente complexo, na maior parte das vezes o episódio da agressão se dá no ambiente doméstico e tem como seu agente agressor o parceiro afetivo, ou ex-companheiro com o qual a vítima já havia se relacionado de forma amorosa.

Afora ser complicado, a questão da violência doméstica é dinâmica e repetidamente significa um procedimento recorrente, estabelecendo-se por uma atitude ritualizada.

Existe um impacto na identidade da vítima agredida, sua autoestima é exterminada, além de se abaterem sequelas severas, profundas e irreparáveis.

O prognóstico de tal fenômeno é ocluso, já que não existe uma consciência da agressão por parte do agente que a infringiu, o agressor sente-se superior ao ato, sem apresentar, portanto, sentimento de culpa específico pela violência (ANTUNES; PADILHA, 2015).

Análise sobre a Eficácia da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006

Não resta dúvidas sobre as vantagens que a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) acarretou à realidade nacional, conquanto, no caso de não haver uma fiscalização verdadeiramente adequada e eficaz, todas as medidas protetivas de caráter de urgência não serão suficientes para garantir a segurança incondicional do gênero feminino em situação de risco para a violência, incluindo a proteção de sua própria vida, nem a proteção dos seus familiares e dependentes, o que poderia resultar em uma percepção de impunidade ao agente agressor.

O texto que versa na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), teve o intuito de emendar o fato até então histórico, e muitas vezes cruel, ainda piorada por uma ausência de legislação específica sobre o tema, bem como um acolhimento errôneo para com as mulheres por parte dos agentes que a recebiam na delegacia, na busca de amparo e proteção.

O ordenamento jurídico pátrio carecia de uma legislação específica, capaz de verdadeiramente ser eficaz no enfrentamento da violência doméstica contra o gênero feminino. Diferentemente do período anterior, no contexto vigente a vítima tem assegurada sua proteção policial, de forma integral, por meio de medidas protetivas adotadas.

Assim, quando visitar o local para a averiguação dos fatos relatados pelo queixante, o policial poderá, caso julgue necessário, dar voz de prisão em flagrante ao agressor, mesmo no caso de ser um crime que se obrigue à representação.

Segundo o relatado por Dias (2007), no momento que a vítima se dirige até a delegacia, deverá ser garantida pela autoridade judiciária sua proteção policial, no caso de haver necessidade, a autoridade deverá proceder ao encaminhamento da vítima ao atendimento clínico, assim como deverá acompanhá-la à sua residência para que esta possa recolher os pertences que sejam necessários de forma urgente. Da mesma forma, caso a vítima sinta-se ameaçada em sua vida, a autoridade também deverá fornecer o transporte até o local seguro para que esta permaneça, assim como, a vítima deverá receber as informações sobre os seus direitos e os serviços que poderá necessitar e que se encontram disponíveis para ela, conforme Artigo 11, entreposto na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006).

Com a mesma intenção, o Artigo 28, inserido na referida Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), que assevera à sofredora da violência, por ocasião

desta chegar à delegacia sem a presença de um procurador, esta terá direito a ser assessorada por um defensor público ou advogado, fornecido pela autoridade que a atender.

Isto posto, no caso de não estar disponível um defensor público ou um advogado, deverá ser realizado o registro da ocorrência, e então registrado a termo a representação e a solicitação de medidas urgentes, sem o comprometimento da higidez de atos posteriores (DIAS, 2007).

Mesmo que a vítima não solicite a tomada de providências de urgência, não modificará o desenvolvimento do inquérito, os procedimentos a serem adotados ocorrem de forma concordante ao disposto no Artigo 12, inserido na Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), onde consta que deve-se lavrar o registro ou boletim de ocorrência depois da fala da vítima ofendida, e apresentada a representação, tomada a termo; a coleta de evidências que clarifiquem o acontecido e as circunstâncias que o cercaram; direcionar o expediente a juízo no período máximo de 48 horas; estabelecer a necessidade de realizar exames periciais e de corpo de delito; coletar os depoimentos do agressor e de testemunhas arroladas; decorrer ao reconhecimento do autor da agressão e dirigir o inquérito policial à autoridade e ao Ministério Público, segundo o prazo determinado pela legislação pertinente.

A contar da vigência da referida Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), foi possível observar um aumento na visibilidade da mulher, e esta atende os acordos consumados pelo país em tratados internacionais. A ementa da referida lei faz referência à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica, o que transforma a violência doméstica em uma agressão aos direitos humanos, conforme o Artigo 6 da referida legislação, no qual se estabelece que o abuso doméstico e familiar dirigido à mulher incide em uma das configurações mais apavorantes de infração contra os direitos humanos.

À sombra do baluarte da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), Dias (2007) explica que nos delitos de ação penal privada, no que tange ao desenvolvimento da ação, se faz necessária a oferta de uma queixa-crime, enquanto para os crimes de ato penal público condicionado, existe a necessidade de representação, como se dá na Lei nº 9.099 (BRASIL, 1995).

É admissível constatar que a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), afasta integralmente a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Lei nº 9.099 (BRASIL, 1995), nessa conformidade poderia asseverar um completo amparo à mulher sofredora de violência.

Sendo um dos fenômenos da sociedade que mais recebeu importância nos anos recentes, a violência doméstica tem uma consequência devastadora sobre a família atingida, e seus reflexos impactam todos os âmbitos envolvidos, como a escola, a saúde e o emprego.

Assim, verifica-se que, conforme passou a vigorar a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), aumentou a expectativa de que a realidade violenta fosse reduzida, com mudanças importantes na legislação e, principalmente, no comportamento psicológico dos indivíduos envolvidos em atos de violência doméstica, permitindo que a mulher pudesse ter estratégias e métodos de forma que não pudesse mais ser castigada por configurações variadas de violência.

No ensejo de extirpar ou abrandar tal conjuntura, a Lei Maria da Penha encerrou o desígnio de permitir táticas para conter e prevenir a brutalidade doméstica dirigida à mulher. Mas, é plausível compreender uma espantosa dificuldade para que a supracitada lei deixe o texto e passe a ser cumprida de forma concreta. Sem embargo a verificação de que a exequibilidade desta seja garantida, é necessário abreviar os levantamentos que mostram como o abuso doméstico assola o país.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se em prestigiados autores da área e suas obras publicadas no campo da Psicologia Jurídica.

No desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se o método da Revisão Bibliográfica Narrativa, uma revisão da literatura, a qual é uma análise ponderada e extensa da literatura disponível sobre um determinado assunto, utilizando livros, periódicos, jornais, artigos impressos e eletrônicos, de forma a reconhecer os autores que trataram sobre o tema anteriormente (TRENTINI; PAIM, 1999).

O referencial teórico é essencial para fundamentar a proposta do estudo, assim como enriquecer a reflexão entre os autores mais relevantes no campo de pesquisa. Segundo Gil (2017), a revisão é uma reflexão sobre o material já produzido por outros autores, mas que se desenrola de forma imparcial tendo por base o entendimento do pesquisador e sua própria interpretação, de acordo com os objetivos pré-estabelecidos (SILVA; TRENTINI, 2002).

No que concerne ao tipo de pesquisa, elegeu-se a pesquisa qualitativa, esta pode ser considerada um eficaz ponto de referência ao pesquisador, o qual é tratado como ponto principal de todo o processo em um estudo baseado na metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa – Revisão de Literatura (CAJUEIRO, 2012).

Nesse íterim, um procedimento metodológico guiado pela pesquisa qualitativa, a análise das informações coletadas tem o intuito de apresentar conclusões importantes e conexas, com base em um problema de pesquisa específico. Assim, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa tem como principal objetivo o debate e a definição dos aspectos associados ao objeto de estudo, utilizando exclusivamente os conceitos observados em publicações de periódicos, livros, jornais, artigos, e demais meios de informação de grande relevância e impacto nomeio acadêmico

(LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

A metodologia da Revisão Bibliográfica Narrativa tem a função de ser um trabalho amplo, delineadas para discutir o 'estado da arte' de um determinado assunto, sob uma perspectiva teórica ou contextual. Segundo Rother (2007), os textos usados na revisão narrativa constituem uma análise crítica, podendo contribuir no debate de tem éticas e modernizar a sabedoria em um breve período de tempo.

De tal modo, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa adotada se mostra capaz de promover a devida discussão referente ao objeto de estudo definido no presente trabalho de pesquisa, buscando uma conclusão inovadora e o desenvolvimento de novos estudos (MARCONI; LAKATOS, 2017).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho, pode-se considerar que, ao analisar o abuso dirigido à mulher, a agressão psicológica está entre as mais citadas e preocupantes.

Averiguou-se que o abuso contido no seio familiar é um dos feitos mais paradoxais e condicionadoras do conforto e do desenvolvimento equilibrado entre os filhos de mães em situação de violência, no seio da família.

Aferiu-se que a violência doméstica se origina a partir da dominação do gênero masculino, arraigada na diferença de poder e valor entre os gêneros, a qual se baseia, indubitavelmente, na dinâmica de controlar a vítima.

Constatou-se que as mulheres que sofreram violência de gênero carregam consigo uma enorme habilidade de resiliência, pessoal, relacional e social. Até mesmo quando em situações graves, onde os filhos são vítimas de violência infringida pelo agressor, muitas confrontam as adversidades e chegam a denunciar o ofensor, e ao fazê-lo, assume a proteção materna em relação aos seus descendentes e, frequentemente, direciona para si o alvo das agressões.

Detectou-se que em diversas famílias onde a violência doméstica ocorre, os filhos estão envolvidos nos episódios de violência que acomete os pais e, assim, tais episódios influenciam (ou dificultam) seu desenvolvimento – nível individual e social.

Avaliou-se que a psicologia é um importante ramo da ciência capaz de contribuir na defrontação da violência dirigida à mulher, de modo a oportunizar a criação de ações educativas para a percepção da dinâmica de relações violentas; de ações para o fortalecimento e a autonomia individual, para que permitam a emancipação das mulheres; de ações pedagógicas e de conscientização dos criminosos para a promoção de mudanças de conduta e comportamento; de ações para o fortalecimento dos grupos, no sentido de promover o sentimento de pertencimento, a observação e o suporte mútuo em situações de tomada de decisão em políticas públicas; de forma a contribuir com o fortalecimento, articulação e mediação de circuitos de atendimentos

e de solidariedade, para a efetivação de projetos e programas na busca de atitudes mais assertivas para a atenção elementar ou primária, secundária e terciária deste imediato e atroz manifestação social.

Averiguou-se que a perspectiva punitiva presente no texto da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) foi essencial para a sua popularidade, sendo a sua faceta mais reconhecida pela população em geral. No entanto, existe uma série de características vitais envolvidas em seu cumprimento, as quais devem ser consideradas na avaliação da interpretação dessa estratégia.

Analisou-se que a psicologia entende a naturalização como um fenômeno enraizado profundamente nas relações sociais que denotam uma assimetria de poder e autoridade, a qual, historicamente, permite a permanência das funções de dominantes e dominados, tal visão associado à diferença de gênero, cria o problema que se enfrenta hoje. Por seu impacto sobre o autoconceito, essa naturalização conduz os sujeitos a se submeterem a situações e condições de desigualdade completa de direitos, tal disparidade traz malefícios aos indivíduos e aos grupos, de forma independente das próprias habilidades e potencialidades que poderiam, potencialmente, ser fortalecidas para alterar a realidade severa e desumana. A alienação, em conformidade com a submissão, paulatinamente, é capaz de destruir os valores dos sujeitos na própria habilidade de agir com consciência e independência.

Concluiu-se que a legislação que trata da violência contra a mulher deve considerar especificamente as demandas e os direitos das mulheres, principalmente aquelas pertencentes a grupos vulneráveis, que carecem de exclusiva atenção, quão é o fato de mulheres migrantes, refugiadas, crianças, idosas, mulheres que trabalham na comercialização de sexo, indígenas e mulheres com deficiência físicas ou mentais, as privadas de liberdade, bem como as que apresentam orientação sexual ou identidade de gênero distinto, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. C.; PADILHA, M. G. **Abuso psicológico entre parceiros íntimos e o ciclo da violência**. Curitiba, 2015.

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina; WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S. **O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária**. v. 36, n. 91, pp. 262-285. São Paulo: Boletim - Academia Paulista de Psicologia, 2016.

BRASIL. (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2019.

_____. (1995). Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em: 3 out. 2019.

_____. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 3 out. 2019.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante.** 3. ed. [S. l.]: Vozes, 2012. 112 p. ISBN-10 853264354X. ISBN-13 978-8532643544.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto. **Ações intersetoriais no enfrentamento da violência contra a mulher.** In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (VII JOINPP). 2015.

COSTA, D.; SOARES, J.; LINDERT, J.; HATZIDIMITRIADOU, E.; SUNDIN, Ö.; TOTH, O. **Intimate partner violence: A study in men and women from six European countries.** v. 60, n. 4, pp. 467-478. *International Journal Public Health*, 2015.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e novas tecnologias.** *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 53-75, ago. 2009. ISSN 2175-8093. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.

DIAS, I. **Sociologia da família e do gênero.** Lisboa: Pactor, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisabeth Carmen; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência.** v. 32, n. 4, abr. 2016. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2016.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 192 p. ISBN-10: 8597012617. ISBN-13: 978-8597012613.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: Pensar e fazer.** pp. 103-143. São Paulo: Hucitec, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. São Paulo: EPU, 2013. 128 p. ISBN 9788521622505.

MACHADO, A.; MATOS, M. **Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência.** v. 26, n. 3, pp. 726-736. *Psicologia & Sociedade*, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 256 p. ISBN-10 8597010665. ISBN-13 978-8597010664.

MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 96 p. ISBN 8522430047. ISBN-13 9788522430048.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad.** 1. ed. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.

OMS. **Global and Regional Estimates of Violence Against Women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence.** WHO - World Health Organization (OMS - Organização Mundial da Saúde). Geneva: OMS, 2013.

PEREIRA, Érika Da Cruz. **A Lei Maria da Penha e o atendimento aos homens autores de violência.** 2014. 71 f. Graduação (Monografia em Serviço Social). UnB - Universidade de Brasília. IH - Instituto de Ciências Humanas. SER - Departamento de Serviço Social. Brasília: UnB/IH/SER, 2014.

QUEIROGA, A. **Violência contra a mulher: Dos números à legislação.** Dissertação (Mestrado). UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. CCJ - Centro de Ciências Jurídicas. Campina Grande: UEPB/CCJ, 2014.

RODRIGUES, Miguel Oliveira. **Violência Doméstica e Envolvimento Parental na Escola: Perspectivas de mães e filhos.** 2017. 439 f. Tese (Doutorado em Educação). ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. FCSEA - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. IE - Instituto de Educação. Lisboa: ULHT/FCSEA/IE, 2017.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática x revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SALTER, M. **Multi-Perpetrator domestic violence.** v. 15, n. 2, pp. 102-112. Trauma, Violence & Abuse, 2014.

SANDALOWSKI, Mari Cleise; MAIA, Gabriela Felten da; STUKER, Paola; LOCK, Maruá Pereira. **Violência contra Mulheres no Brasil e no Uruguai: As experiências da Lei Maria da Penha e da Lei de Violência Doméstica.** Século XXI, v. 6, n. 1, pp. 235-262, jan./jun. 2016. ISSN: 2236-6725. Revista de Ciências Sociais, 2016.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Representações mentais da violência entre íntimos: Estudo das ideologias associadas ao gênero.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. **Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, maio/jun. 2002.

TRENTINI, Mercedes; PAIM, Lygia. **Pesquisa em enfermagem.** Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 168 p. ISBN: 9788532801753.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 24, 112, 119, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 255
Arte 1, 3, 8, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 109, 110, 111, 116, 118, 131, 136, 140, 150, 214, 243, 257, 264
Arte rupestre 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56
Avaliação 71, 106, 136, 137, 138, 139, 150, 152, 156, 157, 160, 175, 180, 203, 204, 206, 215

C

Cavaleiros 57, 64
Cidade 34, 35, 55, 59, 60, 63, 65, 68, 74, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 140, 147, 183, 185, 248, 263
Ciências 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 99, 101, 103, 111, 119, 120, 140, 159, 160, 171, 172, 197, 209, 217, 218, 230, 233, 236, 245, 252, 261, 264, 265, 267, 269
Ciências humanas 111, 171, 197, 217, 233
Composição 1, 3, 4, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 123, 127
Criminalização 197, 198, 201

D

Deficiências 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 194
Diálogo 1, 2, 6, 8, 11, 17, 26, 76, 114, 116, 170, 260
Direitos humanos 99, 112, 197, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 212, 260, 263, 264, 269

E

Eficácia 203, 206, 211
Elites 218, 219, 224, 225, 228, 234
Ensino fundamental 71, 74, 75, 82, 94, 112, 121, 124, 125, 134, 151, 238, 243
Escrita 9, 10, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 77, 79, 80, 92, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 251

G

Gestão 41, 74, 75, 105, 112, 117, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 149, 159, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 189, 194, 195, 218, 220, 224, 228, 231, 234

I

Identidade 9, 10, 22, 24, 25, 53, 55, 74, 99, 112, 115, 122, 134, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 168, 206, 210, 215, 269
Inserção 67, 95, 97, 124, 140, 141, 142, 159, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 219, 222, 224, 228, 233, 255
Interpretação 9, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 22, 24, 25, 31, 38, 39, 42, 52, 53, 64, 68, 73, 93, 103, 147, 164, 207, 213, 215

J

Jesuítas 57, 59, 61, 63, 69, 147, 252

L

Língua inglesa 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Livro didático 73, 99, 121, 125, 126, 130

M

Mulher 137, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

N

Narrativa 1, 2, 5, 7, 8, 59, 114, 135, 139, 204, 206, 213, 214, 217

Negro 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131

O

Oralidade 8, 9

P

Poder econômico 87, 218, 226

Poesia 1, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 247

Políticas públicas 103, 107, 112, 114, 117, 119, 121, 125, 128, 134, 138, 142, 143, 146, 198, 207, 209, 214, 215, 216, 218, 222, 225, 269

Produção 1, 4, 6, 9, 11, 12, 13, 23, 25, 26, 29, 39, 42, 46, 67, 69, 90, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 132, 135, 136, 148, 151, 156, 158, 165, 207, 230, 249, 252, 259, 260, 264, 265, 266

Projeto de extensão 27, 34, 35, 159

R

Representações sociais 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172

S

Saúde 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 125, 142, 159, 160, 161, 170, 172, 178, 187, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 212, 216, 217, 241, 243, 244, 252

Substâncias psicoativas 197, 198, 199, 200, 201, 202

Sujeito 8, 42, 63, 72, 74, 78, 80, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 157, 162, 163, 165, 167, 263, 264, 266, 267

T

Tecnologia 1, 24, 43, 63, 83, 89, 95, 96, 120, 173, 183, 245, 252

U

Universidades públicas 132, 138, 139

V

Violência doméstica 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

